



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
GABINETE DO VEREADOR AURÉLIO GOIANO
REQUERIMENTO Nº 052/2024

**REQUER QUE A MESA DIRETORA SOLICITE DO
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL RELATÓRIO
ATUALIZADO DE DÍVIDAS DO MUNICÍPIO DE
PARAUAPEBAS.**

Senhor Presidente,
Nobres Pares,

REQUEIRO que depois de cumprido o rito regimental e ouvido o soberano plenário desta casa, que seja requisitado ao Chefe do poder Executivo Municipal **RELATÓRIO ATUALIZADO DE TODAS AS DÍVIDAS EM QUE O MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS CONTRAIU, ASSIM COMO TODOS OS VALORES REPASSADOS PELO BANCO MUNDIAL BID, REFERENTE AO FINANCIAMENTO DAS OBRAS DO PROSAP,** informações que não estão disponíveis no Portal da Transparência.

JUSTIFICATIVA

Antes de tudo, importante lembrarmos do Artigo 15 da Lei Orgânica do Município, onde no inciso 15, diz que: É COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL FISCALIZAR E CONTROLAR DIRETAMENTE OS ATOS DO PODER EXECUTIVO.

Dito isto, O presente REQUERIMENTO visa oportunizar ao Poder Legislativo a necessária fiscalização aos atos do Executivo, neste caso em especial, no que tange às dívidas assumidas com o Banco Mundial – BID, informações que não estão disponibilizadas no Portal da Transparência, dando causa a este Requerimento.



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
GABINETE DO VEREADOR AURÉLIO GOIANO

Antes de qualquer protesto dos nobres vereadores, conforme está previsto no Art. 202 do Regimento Interno da Câmara, o Requerimento é um instrumento legal com o qual o Poder Legislativo deve exercer a fiscalização aos atos do Poder Executivo, solicitando informações e documentos que sirvam para este fim.

Lembro aos senhores que recentemente, um dos blogs de nossa cidade (Zé Dudu) apresentou uma matéria sobre uma suposta dívida do município de Parauapebas de 241 milhões de reais, e segundo as palavras do próprio Blog, uma dívida do tipo "preto no branco", ou seja, uma dívida formal, sugerindo inclusive, que o município tem outras dívidas não contabilizadas.

Como é sabido por todos aqui neste ressoito, existem algumas informações que não são devidamente publicadas no Portal da Transparência, prejudicando que esta importante ferramenta possa viabilizar a fiscalização do Poder Executivo, motivo pelo qual, inclusive, já fizemos uma denúncia ao Ministério Público na qual, aguardamos o desfecho.

Neste contexto, atendendo aos princípios norteadores da administração pública como da moralidade, da legalidade, da publicidade e probidade dos atos administrativos, faz-se necessário que seja oficiado ao Poder Executivo para que apresente um relatório descrevendo as dívidas contraídas pelo município de Parauapebas, especialmente no que se refere ao financiamento contraído com o BID.

Desta forma, requer a aprovação do presente requerimento, com o apoio dos nobres pares.

Parauapebas - PA, 17 de setembro de 2024.

Aurelio Ramos de Oliveira Neto
Vereador/AVANTE